

Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.

Informações trimestrais - ITR em 30 de
setembro de 2019

Conteúdo

Comentário de desempenho	3
Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR	4
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Demonstrações do valor adicionado	11
Notas explicativas às informações trimestrais - ITR	12

Comentário de desempenho

1. Principais acontecimentos no período

(a) Disponibilidade da linha de transmissão

A disponibilidade da linha de transmissão no período findo em 30 de setembro de 2019 foi de 100% (99,99% em 30 de setembro de 2018).

(b) Pagamento de principal e juros das debêntures

A Companhia realizou pagamento de R\$ 27.157 mil de amortização do principal e R\$ 6.431 de juros.

(c) Receita Anual Permitida (RAP)

A Resolução Homologatória nº 2.565 de 28 de junho de 2019 estabeleceu a RAP da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. em R\$ 67.943 mil para o ciclo 2019-2020.

(d) Pagamento de dividendos

A Companhia realizou o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios e do dividendo adicional proposto apurados no exercício de 2018 no valor total de R\$ 7.024 mil.

2. Declaração da Diretoria

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam as informações trimestrais - ITR da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as informações trimestrais - ITR para o período findo em 30 de setembro de 2019.

3. Relacionamento com os auditores independentes

Em atendimento à instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a Chronus Auditores Independentes prestou somente serviços de auditoria externa para a Companhia para o período findo em 30 de setembro de 2019.

Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais - ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. (“CPTTE” ou “Companhia”) contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, assim como a norma *internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e *ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Chamamos a atenção para a nota explicativa 8 às Informações Trimestrais – ITR, descreve que a após reavaliação de determinados itens, e objetivando a melhor apresentação de sua posição patrimonial, dos seu desempenho operacional e financeiro, aplicou as orientações da resolução CFC nº 2017/NBC TG 23 (R2) Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, precedeu às reapresentações, de forma retrospectiva, em sua demonstração do resultado, demonstração do resultado abrangente, demonstração da mutação do patrimônio líquido e demonstração do valor adicionado, para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, publicadas em 05 de novembro de 2018. Nossa conclusão sobre as informações intermediárias não contém modificações relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Informação suplementar - Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, elaborada sob responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 2019.

Chronus Auditores Independentes S/S
CRC-PE-000681/O S-RJ



Rosivam Pereira Diniz
Contadora CRC-PE-014050/O-4 S-RJ



Marcelo Cardona Sobral
Contador CRC-PE-025908/O-8 S-RJ

Balanços patrimoniais

Em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em milhares de Reais)

	Nota	30/09/2019	31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa		54	303
Titulos e valores mobiliários	9	21.586	17.084
Concessionárias e permissionárias		5.535	7.015
Ativo de contrato	10	38.448	68.325
Impostos e contribuições a recuperar		765	457
Outros ativos		2.871	1.943
Total do ativo circulante		69.259	95.127
Ativo de contrato	10	188.152	185.125
Titulos e valores mobiliários	9	20.974	16.673
Total do realizável a longo prazo		209.126	201.798
Imobilizado e Intangível		1.222	1.222
Total do imobilizado + intangível		1.222	1.222
Total do ativo não circulante		210.348	203.020
Total do ativo		279.607	298.147
Fornecedores		377	374
Debêntures	11	22.046	35.743
Impostos e contribuições a recolher	12	3.694	1.226
PIS e COFINS Diferidos		1.403	2.494
Dividendos a pagar	16	-	3.512
Encargos setoriais		1.580	1.556
Total do passivo circulante		29.100	44.905
Debêntures	11	73.951	83.988
PIS e COFINS Diferidos		6.868	6.757
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	23.248	25.529
Provisões		349	902
Total do passivo não circulante		104.416	117.176
Total dos passivos		133.516	162.081
Capital social	16	76.281	76.281
Reserva de lucros	16	56.273	59.785
Lucro do período	16	13.537	-
Total do patrimônio líquido		146.091	136.066
Total do passivo e patrimônio líquido		279.607	298.147

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais - ITR.

Demonstrações dos resultados

Período de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2019 e 2018

(em milhares de Reais)

	Nota	Reapresentado			
		01/01/2019 a 30/09/2019	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2018 a 30/09/2018
Receita operacional líquida	17	26.596	6.326	34.431	12.464
Pessoal		-	-	(188)	-
Material		(0)	-	(27)	(26)
Serviços de terceiros		(2.043)	(803)	(2.311)	(840)
Outros		(49)	(19)	(44)	(18)
Custos operacionais		(2.092)	(822)	(2.570)	(885)
Lucro bruto		24.504	5.504	31.861	11.579
Pessoal		-	-	(2.720)	247
Serviços de terceiros		(297)	(13)	0	1.078
Outros		(525)	(159)	(2.790)	(2.163)
Despesas operacionais		(822)	(172)	(5.510)	(838)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		23.682	5.332	26.351	10.741
Receitas financeiras		1.829	674	1.126	378
Despesas financeiras		(9.984)	(2.519)	(13.077)	(4.538)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	18	(8.155)	(1.845)	(11.951)	(4.160)
Resultado antes dos impostos		15.527	3.487	14.400	6.581
Corrente		(4.271)	(1.350)	(2.580)	(1.150)
Diferido		2.281	390	2.331	853
Imposto de renda e contribuição social		(1.990)	(960)	(249)	(297)
Lucro líquido do período		13.537	2.527	14.151	6.284

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais - ITR.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Período de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2019 e 2018

(em milhares de Reais)

			Reapresentado	
	01/01/2019 a 30/09/2019	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2018 a 30/09/2018
Lucro líquido do período	13.537	2.527	14.151	6.284
Resultado abrangente total do período	13.537	2.527	14.151	6.284

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais - ITR.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 e 2018

(em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Reservas de lucros				Lucros (prejuízos) acumulados	Total
			Legal	Dividendos retidos	Dividendo adicional	Lucros a realizar		
Saldo em 31 de dezembro de 2017		64.582	12.916	2.320	-	-	79.818	
Ajuste na aplicação inicial do CPC 47/IFRS 15		-	-	-	-	40.667	40.667	
Saldo em 1º de janeiro de 2018 (reapresentado)		64.582	12.916	2.320	-	40.667	120.485	
Aumento de capital		11.699	-	-	-	-	11.699	
Lucro líquido do período		-	-	-	-	14.151	14.151	
Saldo em 30 de junho de 2018 (reapresentado)		76.281	12.916	2.320	-	40.667	146.335	
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)		76.281	13.286	2.320	3.512	40.667	136.066	
Pagamento de dividendos	16	-	-	-	(3.512)	-	(3.512)	
Lucro líquido do período		-	-	-	-	13.537	13.537	
Saldo em 30 de junho de 2019		76.281	13.286	2.320	-	40.667	146.091	

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais - ITR.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 e 2018

(em milhares de Reais)

	Nota	Reapresentado	
		01/01/2019 a 30/09/2019	01/01/2018 a 30/09/2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do período		13.537	14.151
Ajustes para:			
- Imposto de renda e contribuição social diferidos		2.281	2.331
- PIS e COFINS diferidos		980	23
- Juros e correção monetária sobre financiamentos		9.853	12.409
- Ativo de contrato - remuneração	10	(26.690)	(30.208)
- Outros		-	(181)
		(39)	(1.475)
Variações em:			
- Títulos e valores mobiliários		(3.999)	-
- Concessionárias e permissionárias		(4.405)	(3.027)
- Ativo de contrato	10	53.540	46.893
- Impostos e contribuições a recuperar		(308)	443
- Outros ativos		(928)	-
- Fornecedores		3	(55)
- Impostos e contribuições a recolher		2.468	1.869
- Encargos setoriais		24	(1.634)
- Outros passivos		271	(11.036)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		46.627	31.978
Pagamento do imposto de renda e da contribuição social		(1.963)	(7.164)
Debêntures - pagamento de juros	11	(6.431)	(8.212)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		38.233	16.602
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários		(4.301)	(1.392)
Partes relacionadas		-	(375)
Imobilizado e intangível		-	10
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		(4.301)	(1.757)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	11.699
Pagamento de empréstimos - principal		-	(27.345)
Pagamento de dividendos	16	(7.024)	-
Debêntures - pagamento de principal	11	(27.157)	-
Caixa líquido utilizados nas atividades de financiamento		(34.181)	(15.646)
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa		(249)	(801)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		303	12.293
Caixa e equivalentes de caixa em 30 de setembro		54	11.492

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais - ITR.

Demonstrações do valor adicionado

Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 e 2018

(em milhares de Reais)

	Nota	Reapresentado	
		01/01/2019 a 30/09/2019	01/01/2018 a 30/09/2018
Receitas (1)		30.032	39.034
Remuneração do ativo de contrato	17	26.690	30.208
Operação e manutenção do ativo de contrato	17	14.149	13.645
Ganho (perda) na RAP	17	(5.886)	121
Parcela variável	17	(4.921)	(4.940)
Insumos adquiridos de terceiros (2)		(2.912)	(5.414)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(2.092)	(2.570)
Despesas gerais, administrativas e outros		(820)	(2.844)
Valor adicionado bruto (1) - (2) = (3)		27.120	33.620
Depreciação e amortização (4)		-	-
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia (3) - (4) = (5)		27.120	33.620
Valor adicionado recebido em transferência (6)		1.829	1.126
Receitas financeiras	18	1.829	1.126
Valor adicionado total a distribuir (5 + 6)		28.949	34.746
Distribuição do valor adicionado		28.949	34.746
Pessoal		-	2.720
Impostos, taxas e contribuições		5.428	4.745
Juros		9.984	13.077
Outros		-	53
Lucros retidos		13.537	14.151

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais - ITR.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima aberta devido a emissão de debêntures listadas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), foi constituída em 25 de setembro de 2002 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica.

Em 26 de dezembro de 2018, após aprovação da transação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), ocorreu alteração no controle acionário da Companhia. O acionista majoritário que era a Isolux Energia e Participações S.A. ("Isolux") passou a ser a Celeo Redes Brasil S.A. ("Celeo Redes").

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia passou a ser investida da Celeo Redes Brasil S.A. A Isolux não possui mais participação na Companhia.

1.1 Contrato de concessão

O contrato de concessão N° 84/2002 ("Contrato") tem como objetivo a construção, operação e manutenção da linha de transmissão 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 181 km, com origem na subestação Tijuco Preto e término na subestação Cachoeira Paulista, ambas no Estado de São Paulo.

O Contrato foi assinado no dia 20 de dezembro de 2002 e tem vigência de 30 anos, com o seu vencimento no dia 10 de dezembro de 2032. A Companhia entrou em operação comercial em dezembro de 2004.

A partir de dezembro de 2019 (16° ano de operação comercial) a Companhia receberá 50% da receita anual permitida do 15° ano, estendendo-se até o término do prazo da concessão.

1.2 Receita Anual Permitida

A Resolução Homologatória n° 2.408, de 26 de junho de 2018, estabeleceu a RAP da Companhia para o ciclo 2019-2020 em R\$ 67.943 (R\$ 89.636 para o ciclo 2018-2019). Uma redução quando comparado ao ciclo anterior devido à redução de 50% da RAP.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As informações trimestrais - ITR foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Boards (IASB). A apresentação destas informações trimestrais - ITR foi elaborada de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração de informações trimestrais - ITR.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo destas informações trimestrais - ITR, estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, e, portanto, devem ser analisadas em conjunto.

Adicionalmente, informamos que estas informações trimestrais - ITR foram elaboradas sem a reinserção de algumas notas explicativas, que já foram divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Exceto pela adoção, sem impactos relevantes na Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2019 dos requerimentos contidos no CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil.

A emissão destas informações trimestrais - ITR foi autorizada pela diretoria em 25 de outubro de 2019.

Todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais - ITR, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas informações trimestrais - ITR estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Base de mensuração

As informações trimestrais - ITR foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações trimestrais - ITR, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Itens sujeitos a essas estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa e reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios. As estimativas e julgamentos são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

6 Sazonalidade

A Companhia não possui sazonalidade nas suas operações.

7 Principal mudança na política contábil

(a) ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 - *Uncertainty over Income Tax Treatments*)

Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.

A Administração da Companhia conduziu análises dos tratamentos fiscais que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro, acessando seus consultores legais internos e externos a fim de identificar esses tratamentos, assim como mensurá-los e reavaliar aqueles que potencialmente poderiam expor a Companhia à riscos materialmente prováveis de perda. Ao concluir esses estudos, a Administração da Companhia avaliou que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia não sofreram alteração quanto ao julgamento da probabilidade de perdas geradas por eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias.

8 Reapresentação de saldos comparativos

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, com base nas orientações emanadas pelo CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (IAS 8 - *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*), procedeu às reapresentações, de forma retrospectiva, em sua demonstração do resultado (DRE), demonstração do resultado abrangente (DRA), demonstração da mutação do patrimônio líquido (DMPL) e demonstração do valor adicionado (DVA) para o período três e seis meses findo em 30 de setembro de 2018, originalmente publicadas em 5 de novembro de 2018. Não houve nenhum impacto nas atividades operacionais, de investimento e de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

8.1 DRE

		Conforme apresentado	Ajustes	Reapresentado
Em 30 de setembro de 2018				
Receita operacional líquida	(a)	35.547	(1.116)	34.431
Custos e despesas operacionais		(8.080)	-	(8.080)
Receitas (despesas) financeiras		(11.951)	-	(11.951)
Imposto de renda e contribuição social	(b)	(1.939)	1.690	(249)
Lucro líquido do período		13.577	574	14.151

- (a) Efeito na receita em função do reconhecimento e mensuração dos ativos da concessão como ativos de contrato de acordo com o CPC47/IFRS15.
- (b) Impacto do imposto de renda e na contribuição social diferido reconhecido sobre a receita do ativo de contrato de acordo com a implementação do CPC47/IFRS15.

8.2 DRA e DMPL

Efeito de R\$ 574 conforme detalhado na nota explicativa 8.1.

8.3 DVA

		Conforme apresentado	Ajustes	Reapresentado
Em 30 de setembro de 2018				
Receitas (1)	(a)	39.565	(531)	39.034
Insumos adquiridos de terceiros (2)		(5.414)	-	(5.414)
Valor adicionado bruto (1) - (2) = (3)		34.151	(531)	33.620
Depreciação e amortização (4)		-	-	-
Valor adicionado líquido produzido (3) - (4) = (5)		34.151	(531)	33.620
Valor adicionado recebido em transferência (6)		1.126	-	1.126
Valor adicionado total a distribuir (5 + 6)		35.277	(531)	34.746
Distribuição do valor adicionado		35.277	(531)	34.746
Pessoal		2.720	-	2.720
Impostos, taxas e contribuições	(a)	5.956	(1.211)	4.745
Juros		13.077	-	13.077
Outros		(53)	106	53
Lucro líquido do período	(a)	13.577	574	14.151

- (a) Efeito detalhados na nota explicativa 8.1.

9 Títulos e valores mobiliários

i. Circulante

A Companhia estruturou seus recursos por meio de Certificado de Depósito Bancário (CDB) atrelado ao Depósito Interbancário (DI) do Banco Santander. A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras em 30 de setembro de 2019 foi de 97,22% (97,5% em 31 de dezembro de 2018) do DI com vencimento entre junho e setembro de 2020. Em 30 de setembro de 2019 99% do saldo na conta é representado por meio dessa aplicação financeira.

ii. Não circulante

Para fins de garantia da operação da 1ª emissão de debêntures, a Companhia precisa manter durante todo o período de amortização da operação, recursos nas contas denominadas (i) "conta reserva de amortização", o montante equivalente ao necessário para o pagamento dos próximos 3 (três) meses do serviço da dívida; (ii) "conta reserva de operação e manutenção", o montante equivalente ao custo operacional da Companhia relativo a um período de 3 (três) meses, estimado com base nos gastos com o custo operacional durante os 3 (três) meses antecedentes; e (iii) "conta de complementação de ICSD" no caso de não atingimento do índice estipulado na escritura dessas debêntures. Em 30 de setembro de 2019, todas as contas estão preenchidas conforme estipulado na escritura dessas debêntures.

Em 30 de setembro de 2019 a totalidade dos recursos estão aplicados no fundo de investimentos em cotas de fundos de investimento títulos públicos renda fixa referenciado DI no Banco Santander. A Composição da carteira está dividida em títulos públicos federais, operações compromissadas e cotas de fundos de investimento. A rentabilidade do fundo (líquida de despesas, mas não de impostos) no período findo em 30 de setembro de 2019 foi de 4,42% (6,07% em 31 de dezembro de 2018).

10 Ativo de contrato

31/12/2018			Remuneração do ativo de contrato	Recebimentos	30/09/2019
253.450	-	-	26.690	(53.540)	226.600

31/12/2017	Transferência do ativo financeiro	Impacto da adoção CPC 47/IFRS 15	Remuneração do ativo de contrato	Recebimentos	30/09/2018
-	218.784	64.199	30.208	(51.630)	261.561

	30/09/2019	31/12/2018
Circulante	38.448	68.325
Não circulante	188.152	185.125
	226.600	253.450

11 Debêntures

	31/12/2018	Juros e custos emissão	Amortização		30/09/2019
			principal	juros	
Debêntures	122.513	9.429	(27.157)	(6.431)	98.355
Custos	(2.782)	424	-	-	(2.358)
	119.731	9.853	(27.157)	(6.431)	95.997

	31/12/2017	Juros e custos emissão	Amortização		30/09/2018
			principal	juros	
Debêntures	154.189	12.407	(27.345)	(8.212)	131.040
Custos	(3.346)	425	-	-	(2.921)
	150.843	12.832	(27.345)	(8.212)	128.119

No dia 28 de dezembro de 2011, a Companhia emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, pelo valor de R\$ 223.832 e foram destinadas à: (i) liquidação integral do saldo devedor com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); (ii) pagamento de dividendos e lucros acumulados; (iii) constituição das contas de garantia; e (iv) contrato de empréstimo com a antiga controladora.

Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) + 7,8% ao ano. Os juros remuneratórios e a amortização do principal são pagos trimestralmente. O primeiro pagamento foi realizado no dia 11 de fevereiro de 2012 e o último será realizado na data do vencimento em 15 de agosto de 2032.

O vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está detalhado abaixo:

	30/09/2019	31/12/2018
Em 2020	14.622	16.607
Em 2021	20.433	23.206
Em 2022	21.402	24.307
Em 2023	17.494	19.868
	73.951	83.988

As debêntures possuem cláusulas restritivas “covenants” financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência. Em 30 de setembro de 2019, todas as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato das debêntures foram cumpridas pela Companhia.

12 Impostos e contribuições a recolher

	30/09/2019	31/12/2018
Imposto de renda	1.977	395
Contribuição social	683	218
PIS	107	29
Cofins	496	134
Outros	431	448
	3.694	1.224

13 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	30/09/2019	31/12/2018
Imposto de renda diferido	17.094	18.771
Contribuição social diferida	6.154	6.758
	23.248	25.529

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são diferenças temporárias e são reconhecidos sobre os ajustes relacionados a contabilização do ativo de contrato.

14 Passivos contingentes

A Companhia possui processos judiciais de natureza fundiária, tributária, trabalhista e cível.

Em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 o valor em risco é de R\$ 4.064 e foi avaliada pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda possível.

15 Lucro básico e diluído por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	Reapresentado	
	30/09/2019	30/09/2018
Lucro líquido do período	13.537	14.151
Média ponderada das ações emitidas	76.281	76.281
	0,18	0,19

A Companhia não possui ações ordinárias diluídas, portanto o lucro básico e diluído por ação é o mesmo.

16 Patrimônio líquido

(a) Dividendos e reserva de lucros

Durante o período findo em 30 de setembro de 2019 a Companhia realizou o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios e do dividendo adicional proposto apurados no exercício de 2018 no valor total de R\$ 7.024.

17 Receita operacional líquida

	Nota	Reapresentado			
		01/01/2019	01/07/2019	01/01/2018	01/07/2018
		a 30/09/2019	a 30/09/2019	a 30/09/2018	a 30/09/2018
Ativo de contrato - remuneração		26.690	8.571	30.208	9.809
Ativo de contrato - O&M		14.149	4.831	13.645	4.659
Ganho (perda) na RAP	(a)	(5.886)	(6.127)	121	121
Parcela variável	(b)	(4.921)	(9)	(4.940)	-
Receita bruta		30.032	7.266	39.034	14.589
PIS e COFINS correntes		(2.225)	(612)	(2.206)	(799)
Pis e COFINS diferidos		980	354	29	(468)
Encargos setoriais		(2.191)	(682)	(2.426)	(860)
Deduções da receita		(3.436)	(940)	(4.603)	(2.125)
		26.596	6.326	34.431	12.464

(a) No reconhecimento inicial do ativo de contrato, toda diferença entre a RAP projetada e a RAP realizada é reconhecida no resultado, independentemente de ganho ou perda.

(b) Parcela a ser deduzida da receita da transmissora em virtude da não prestação adequada do serviço público de transmissão. A parcela variável pode ser classificada em: (i) não programada, quando ocorre indisponibilidade do sistema por acidente; e (ii) em programada quando há manutenção em equipamentos que pertençam à linha de transmissão.

18 Receitas (despesas) financeiras líquidas

			Reapresentado	
	01/01/2019 a 30/09/2019	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2018 a 30/09/2018
Rendimento de aplicação financeira	1.663	674	1.103	355
Outras receitas	166	-	23	23
Receitas financeiras	1.829	674	1.126	378
Juros das debêntures	(9.432)	(2.328)	(12.409)	(4.355)
Outras despesas	(552)	(191)	(668)	(183)
Deduções da receita	(9.984)	(2.519)	(13.077)	(4.538)
	(8.155)	(1.845)	(11.951)	(4.160)

19 Transações com partes relacionadas

(a) Remuneração da administração

Em 30 de setembro de 2019 não houve atribuição de pagamentos realizados pela Companhia aos seus administradores, uma vez que os mesmos recebem um salário unificado, pago pela Celeo Redes Brasil S.A. e outras afiliadas do mesmo grupo econômico, considerando o compartilhamento de despesas corporativas comuns, em virtude da atuação dos administradores em todas as empresas do grupo. Em 30 de setembro de 2018 o valor pago foi de R\$ 729.

20 Gestão de riscos financeiros

(a) Considerações gerais e políticas

A Companhia administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, de mercado (ii), de crédito (iii) e de liquidez (iv). A Companhia não operou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo no período findo em 30 de setembro de 2019 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

i. Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura de com o objetivo de reduzir o seu custo de capital.

Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital.

ii. Gestão de risco de mercado

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, o financiamento da Companhia possui taxas pré-fixadas.

iii. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

iii.1 Risco de crédito das contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais.

Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação regulatória, o que inclui ainda a possibilidade de interrupção do fornecimento.

iii.2 Risco de crédito com instituições financeiras

Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha.

A Companhia realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

iv. Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

(b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

A Companhia efetua testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do período findo em 30 de setembro de 2019. Na realização do teste, a Companhia assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo esse exercício apresentado.

Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável* - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução de 25%; e (iii) redução de 50% do cenário provável, respectivamente.

	30/09/2019	Risco	Cenários		
			(i)	(ii)	(iii)
Aplicações financeiras	42.560	Redução do CDI	1.915	1.436	958
Debêntures	95.997	Alta do IPCA	3.149	2.362	1.574

* fonte: relatório FOCUS de 11 de outubro de 2019 publicado no site do Banco Central (www.bcb.gov.br). O CDI e IPCA para o cenário provável (4,5% e 3,28%) foi considerado da Mediana - TOP 5 média prazo para o ano de 2019.

(c) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados.

Os valores justos de equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício.

21 Cobertura de seguros

A Companhia possui como política a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade. A Companhia possui cobertura de seguros de responsabilidade civil e riscos operacionais contra incêndios e riscos diversos para os bens atrelados ao contrato de concessão, exceto para as torres das linhas de transmissão. As coberturas de seguros para as torres que estão compreendidas nas apólices, não refletem os riscos efetivos que possam ocorrer e os prêmios cobrados no mercado pelas seguradoras são elevados.

Em 30 de setembro de 2019 e 31 dezembro de 2018, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 100.000 para danos materiais e R\$ 10 para responsabilidade civil.

Francisco Antolin Chica Padilla
Diretor

Luiz Carlos Leite
Diretor de Relações com Investidores

Bruno Marcell S. M. Melo
Contador
CRC-RJ 111193/O-8